



NOSSOS PRÓPRIOS PASSOS: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS ONTEM E HOJE¹

Cristina de Fátima Guimarães²
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social-Sedes, Brasília, DF, Brasil.

Lajara Janaina Lopes Corrêa³
Instituto Federal de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Cláudia de Oliveira Alves⁴
Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, Brasil.

Resumo: Este artigo tem por objetivo descrever e discutir o processo histórico da organização das mulheres negras no Brasil, lembrando eventos e atividades importantes para a luta do movimento de mulheres negras. No primeiro momento, ressalta-se a luta do movimento de mulheres negras e, posteriormente, apresenta-se os encontros, seminários e conferências e sua importância para a organização do movimento de mulheres negras. Além disso, destaca-se a luta das mulheres negras, no Brasil, para reverter as desigualdades raciais com foco no entendimento que esse movimento social toma corpo organizativo, principalmente, a partir da década de 1980 e se mantém vivo e atuante até a atualidade.

Palavras-Chave: Mulheres negras; Movimento de mulheres negras; Organização.

OUR OWN STEPS: THE ORGANIZATION OF BRAZILIAN BLACK WOMEN YESTERDAY AND TODAY

Abstract: This article aims to describe and discuss the historical process of black women's organization in Brazil, recalling events and activities important to the struggle of the black women's movement. At first, the struggle of the black women's movement is

¹ Inspiramos no texto “Nossos passos vêm de longe”, de Jurema Werneck. In: **O livro de saúde das mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

² Assistente Social. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social pela Escola Nacional de Administração Pública. Especialista em Serviço Social, Justiça e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília. Integrante da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno. E-mail: crisfada1@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7393-0821>

³ Socióloga e Pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: lajarajanaina@gmail.com; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1431-8354>

⁴ Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. E-mail: claoalves@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5111-8824>

highlighted and, later, the meetings, seminars and conferences and their importance for the organization of the black women's movement are presented. In addition, the struggle of black women in Brazil to reverse racial inequalities is highlighted, focusing on the understanding that this social movement takes on an organizational body, mainly from the 1980s onwards and remains alive and active to this day.

Keywords: Black women; Black women's movement; Organization.

NUESTROS PROPIOS PASOS: LA ORGANIZACIÓN DE LAS MUJERES NEGRAS BRASILEÑAS AYER Y HOY

Resumen: Este estudio tiene como objetivo describir y discutir el proceso histórico de la organización de mujeres negras en Brasil, recordando eventos y actividades importantes para la lucha del movimiento de mujeres negras. En un primer momento se destaca la lucha del movimiento de mujeres negras y, posteriormente, se presentan las reuniones, seminarios y conferencias y su importancia para la organización del movimiento de mujeres negras. Además, se destaca la lucha de las mujeres negras en Brasil para revertir las desigualdades raciales, enfocándose en el entendimiento de que este movimiento social asume un cuerpo organizativo, principalmente desde la década de 1980 en adelante, y se mantiene vivo y activo hasta el día de hoy.

Palabras-clave: Mujeres negras; Movimiento de mujeres negras; Organización.

NOS PROPRES PAS: L'ORGANISATION DES FEMMES NOIRES BRÉSILIENNES HIER ET AUJOURD'HUI

Résumé: Cet étude vise à décrire et à discuter du processus historique de l'organisation des femmes noires au Brésil, en rappelant des événements et des activités importants pour la lutte du mouvement des femmes noires. Dans un premier temps, la lutte du mouvement des femmes noires est mise en évidence et, plus tard, les réunions, séminaires et conférences et leur importance pour l'organisation du mouvement des femmes noires sont présentés. En outre, la lutte des femmes noires au Brésil pour inverser les inégalités raciales est mise en évidence, en se concentrant sur la compréhension que ce mouvement social prend un corps organisationnel, principalement à partir des années 1980 et reste vivant et actif à ce jour.

Mots-clés: Femme noire; Mouvement des femmes noires; Organisation.

INTRODUÇÃO

A história das mulheres negras, no Brasil, é feita de passos vindos de muito longe, desde a África até a chegada no Brasil, passando pelo Império, pela República e até os dias de hoje, em um contexto de sofrimentos, sonhos, resistências e muitas lutas. Desse vasto universo histórico, apresenta-se aqui um breve relato do processo de organização do movimento de mulheres negras contemporâneas e suas demandas na década de 1980



– período de efervescência de questionamentos, no qual esse movimento desperta para a construção de um espaço próprio e singular que fala de sua especificidade, sonhos, anseios, projetos políticos e a denúncia do racismo e do sexismo que as afetam. Neste trabalho, são apresentados marcos na organização do movimento de mulheres negras desde o início até os tempos atuais. Os dados apresentados estão apoiados na literatura sobre a temática, na memória das autoras enquanto integrantes desse movimento social e em documentos históricos.

Nos anos finais da década de 1970, ainda no período da Ditadura Militar, e início dos anos 1980, os movimentos sociais tiveram importante atuação para a abertura do sistema democrático brasileiro, sendo seus integrantes reprimidos durante o regime ditatorial, existente no país. O Brasil estava em uma conjuntura com fortes mobilizações populares pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização brasileira.

Com isso, nos finais da década de 1980, o país estava saindo da ditadura militar, a sociedade civil começa a se erguer, dando espaço a atuação dos movimentos sociais. No bojo desse processo, o movimento negro começa denunciar o racismo e rejeita a ideologia da democracia racial. As festividades dos 100 anos da Abolição mostraram a maturidade alcançada pelo movimento negro que utilizou essa data para divulgar amplamente suas posições. Muitas pessoas conheceram, pela primeira vez, o questionamento da data da abolição considerada pelos militantes uma “Falsa Abolição” em meio a uma massiva mobilização antirracista.

Paralelamente, no interior do movimento social negro e também do feminismo acontecia uma ruptura necessária protagonizada pelas mulheres negras. A particular posição desse setor feminino, sobre o qual recaía a tríplice exploração de tipo classista, patriarcalista e racial sobre as mulheres negras. Sendo assim, esse grupo começou a demandar uma política de defesa de seus interesses que abarcasse as três dimensões de sua exploração, coisa que não acontecia em nenhum dos dois grandes movimentos em que estavam inseridas. As reflexões do movimento feminista, centradas no enfoque exclusivo de um gênero branco ocidental, não abarcavam as especificidades das mulheres negras.

Nesse momento, não era mais possível para o movimento feminista entender as mulheres como um sujeito único, dentro de uma categoria genérica em que as opressões de gênero eram iguais para todas as mulheres. O movimento feminista se comportava como se todas as mulheres tivessem as mesmas necessidades e os mesmos problemas.



Falava-se das mulheres, mas de que mulher estava se falando? A negra? A empregada doméstica? A indígena? A trabalhadora rural?

Por outro lado, com o Movimento Negro, “basicamente” coordenado por homens negros, a ideologia machista impedia a percepção de que as mulheres negras tinham competências para organizar e discutir sobre suas especificidades. Nessa ocasião, criticava-se o machismo do movimento negro, o qual a mulher não tinha espaço suficiente para discutir sua especificidade. O debate era centrado também no racismo como categoria determinante para explicar todo tipo de discriminações que estavam submetidas as mulheres negras.

Portanto, naquele momento o que caracterizava a organização de mulheres negras no Brasil era a constante busca constante para reverter esse quadro de discriminação, opressão e exclusão que foi e ainda é imposto pela sociedade. Isto é, o desejo de procurar compreender esta situação de ser mulher negra e definir as ações, a partir da articulação de raça e gênero.

Duas ideias básicas caracterizavam essa organização na década de 1980: a primeira era que vivemos em uma sociedade diversificada e excludente, em que o racismo se instala com múltiplas facetas, assumindo, contraditoriamente, a ideologia da falsa “democracia racial”. A segunda é que a condição de ser mulher e de ser negra exige, constantemente, respostas específicas, somando a essas categorias de gênero e raça o dado igualmente fundamental que é o de classe. Então, essa condição de ser mulher, negra e, na maioria das vezes, pobre lhes impede ainda mais de exercitar seus direitos enquanto cidadãs. Segundo a intelectual e militante Lélia Gonzalez (1982, p. 97), “ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”.

Os escritos de Gonzalez (1982) foram permeados pelo cenário da ditadura e pela emergência dos movimentos sociais, os quais denunciavam o racismo e o machismo na sociedade brasileira. Foram por estas e outras razões que as mulheres negras sentiram necessidade de se organizar enquanto um movimento diferenciado, discutindo as suas subjetividades de mulher negra e, na maioria das vezes, a sua condição de classe.

DESENVOLVIMENTO

PROTAGONISMO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

A década de 1980 foi determinante para a participação das mulheres negras em diferentes espaços políticos institucionais. É nesse processo que surgem várias organizações de mulheres negras, encontros e seminários que amadureciam as discussões e fortaleciam esse movimento incipiente. Neste aspecto, Carneiro (2002a) argumenta:

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 80, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica de ser mulher negra, mediante o combate aos estereótipos que a estigmatizam: por uma real inserção social, pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não-brancas em nossa sociedade; contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si uma tríplice discriminação de classe, raça e gênero (CARNEIRO, 2002a, p. 180).

Entre os eventos (encontros, seminários e conferências), destaca-se, aqui, alguns encontros importantes e que foram marcantes para a organização do movimento de mulheres negras na década de 1980 e o surgimento de outras organizações na sociedade civil brasileira.

Em 1985, ocorreu o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, na cidade de Bertioga, São Paulo. Esse evento foi considerado um marco para o movimento de mulheres negras, as quais pautaram suas reivindicações e debateram temas como racismo e feminismo. Observou-se que a realidade vivenciada pelas mulheres negras apontava similaridades. Os questionamentos e reflexões acerca do movimento feminista no que diz respeito à sua identidade e composição provocaram fortes debates entre as militantes. Discutiui-se sobre as diferentes posições que ocupavam as mulheres brancas e negras e sobre a incorporação ou não das demandas específicas das mulheres negras nas prioridades da luta feminista.

Já em 1987, no IX Encontro Nacional Feminista (1987), na cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco já se identifica a emergência do protagonismo das mulheres negras. Esse encontro foi o ponto de partida para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN). Silva (2014) argumenta:

Já no primeiro dia, as mulheres negras presentes perceberam a ausência dos temas da raça e racismos na pauta principal do referido evento. [...] Joselina da Silva sugeriu, então, à Sandra Belo – figura de grande e referencial liderança naquele momento – que organizasse uma oficina como forma de reunir as mulheres negras ali presentes. Os encontros produzidos pela oficina da Linha da Vida perfizeram um caldo cultural e político para as primeiras reuniões, dando vez ao nascedouro do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), planejado para o ano seguinte. [...] as mulheres negras – embora sem destaques no temário – ganharam lugar de visibilidade, sendo por vezes tachadas de fomentadoras decisões, por



parte de algumas feministas mais históricas no movimento (SILVA, 2014, pp. 21-22).

A organização das mulheres negras teve um grande impulso com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras - ENMN (1988), o qual definiu como objetivos:

avaliação da participação das mulheres negras nos movimentos sociais e feministas; articulação e mobilização das mulheres negras na luta contra todos os tipos de discriminação, em particular o racismo e sexismo; resgatar historicamente a luta da mulher negra na África—(RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO, 09 E 10 DE JANEIRO DE 1988, SALVADOR, BA).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado entre os dias 2 e 4 de dezembro de 1988, em Valença, no Rio de Janeiro, “refletiu acerca da situação da mulher negra no Brasil, a partir de uma perspectiva plural e democrática, no sentido de identificar estratégias que permitam, a partir da prática, ampliar nossos espaços de luta” (BOLETIM INFORMATIVO DO I ENMN, Nº 1, 1988). Teve como objetivo fundamental “denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro” (BOLETIM INFORMATIVO DO I ENMN, Nº 1, 1988).

Com o I Encontro percebeu-se uma crescente mudança de atitudes das mulheres negras em relação à organização e mobilização em todo país. Participaram 450 mulheres negras brasileiras de 17 Estados e do Distrito Federal e de outros países tais como: Estados Unidos, Canadá e Equador.

Outro aspecto importante que merece destaque é que foram realizadas várias reuniões preparatórias para o I Encontro Nacional e também, diversos Encontros Preparatórios Estaduais, Distritais e Municipais. Para a indicar as delegadas das reuniões nacionais que discutiriam as diretrizes do movimento em âmbito nacional e as deliberações sobre a organização do encontro, os Estados precisavam ter constituídos fóruns de organizações de mulheres negras. Nestas reuniões nacionais foram criadas duas comissões, sendo uma executiva e outra organizadora.

Neste sentido, ressalta-se a importância de debater os problemas enfrentados pelas mulheres negras na sociedade brasileira e a intensificação da reflexão sobre o racismo e sexismo, além de pensar em um projeto político para as mulheres negras no Brasil. Desse modo, a organização das mulheres negras trouxe novos contornos para a ação política, como afirma Bairros (1995):



[...] da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (BAIRROS, 1995, p. 461).

A atuação política das mulheres negras traz o debate que articula as temáticas raça, gênero, classe e sexualidade com propostas de combate e erradicação do racismo, machismo, sexismo e pobreza. Promove um novo olhar sobre as experiências das mulheres e com propostas que ressaltam as diferenças entre as experiências vivenciadas pelas mulheres no Brasil. Sueli Carneiro (2003) aponta que as mulheres negras passam a atrelar um discurso que considera as demandas de gênero e raça e dão visibilidade a uma perspectiva feminista negra.

O movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, [2002], p. 03).

Nesse processo, surgem, também, várias organizações de mulheres negras em nível nacional (SANTOS, 2009), a exemplo do: Aqualtune, Rio de Janeiro (1978); Luiza Mahin, Rio de Janeiro (1980); Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1980); Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA, Belém (1982); Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1983); Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1983); Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista (1986); Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa do Maranhão (1986); Maria Mulher do Rio Grande do Sul (1987); Casa Dandara de Belo Horizonte (1987); Geledés - Instituto da Mulher Negra (1988); Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra, Campinas, São Paulo (1989); Casa de Cultura da Mulher Negra, Santos, SP (1990); Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal (1991); CRIOLA, Rio de Janeiro (1992); Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte (1993); Instituto AMMA Psique e Negritude, São Paulo (1995); Grupo Iyalodê em Salvador (1995); Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, São Paulo (1997); Grupo de Mulheres Negras Malunga de Goiás (1999); IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá (1999) e Coletivo de

Mulheres Negras Esperança Garcia do Piauí (2000). Essas entidades defenderam diversas concepções políticas e trabalhavam numa diversidade de áreas, mas tinham como foco a luta pela defesa dos interesses da mulher, mais especificamente, da mulher negra.

Em 1990, no IV Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em San Bernardo, na Argentina, a discussão permeou pela temática “Mulheres de todas as raças, culturas e cores: construamos uma outra história”.

No ano de 1992, o I Encontro Latino-americano e do Caribe de Mulheres Negras, foi realizado na República Dominicana. A partir de então, o dia 25 de julho configurou-se como marco internacional da luta e da resistência da mulher negra em relação à opressão de gênero e de etnia. Anos mais tarde, em 2014, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.987/2014 que designa a data (25 de julho) como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Tereza de Benguela foi uma líder quilombola do século XVIII. Com a morte do seu companheiro, Tereza se tornou a rainha do quilombo.

Entre os dias 12 e 15 de novembro de 1993, ocorreu o I Seminário Nacional das Mulheres Negras, em Atibaia, São Paulo. Posteriormente, esse evento teve a segunda edição (II Seminário Nacional das Mulheres Negras), em 1994, na cidade de Salvador, Bahia. Nas duas edições desses eventos reuniram-se mulheres negras envolvidas com o emergente processo nacional, possibilitando o aprofundamento da discussão quanto à conceituação e ao caráter da organização das Mulheres Negras. Além de discutir-se as características organizativas do movimento das mulheres negras, evidenciou-se, ainda, a necessidade da criação de uma Rede Nacional desse grupo de mulheres e foi definido, conceitualmente, o que é o movimento de mulheres negras?. Nesta perspectiva, recorremos a Ribeiro (1995):

O movimento vem se constituindo a partir do cruzamento das questões de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres negras de diferentes setores (sindical, movimento popular, movimento partidário e outros). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade (RIBEIRO, 1995, pp. 452-453).

Outra importante iniciativa foi a organização do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, na cidade de Itapeverica da Serra, São Paulo, nos dias 20 a 22 de agosto de 1993. Esse evento merece destaque e foi considerado como um preparatório para a V Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, Cairo/94. O evento foi organizado pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra (SP) e teve



como objetivo unificar as propostas em relação à temática expressa na Declaração de Itapeperica da Serra das Mulheres Negras. Foi feita uma análise crítica do papel do Estado. Em relação a que?

A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, foi realizada entre os dias 15 e 18 de junho de 1995, no Rio de Janeiro. Nesta conferência a participação e intervenção das mulheres negras foi expressiva e destacada, não apenas para denunciar a ausência de suas questões na pauta, mas na exigência de elaboração conjunta de ações de combate ao racismo.

No ano de 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Beijing'95, em Beijing, China. Vale lembrar, que a intervenção das mulheres negras foi ampla, mas sem definições de estratégias próprias como movimento. Essas reflexões tornaram visíveis a ausência da questão racial nas formulações teóricas do movimento feminista, o que não deixa de ser uma influência do racismo existente na nossa sociedade. Foi um momento de levar o debate a nível internacional, de formular proposições para as mulheres negras e de denunciar o racismo estruturante no Brasil. A presença das mulheres negras nas Conferências Mundiais, convocadas pela ONU, na década de 1990, ampliou significativamente o debate da questão racial.

As décadas de 1980 e de 1990 constituíram um marco histórico para a organização das mulheres negras brasileiras de diferentes classes sociais, inclusive a tomada de decisão, por parte dessas mulheres, de publicizar para a sociedade o direito de ter uma identidade comum e de ser sujeito de sua própria história. Esse posicionamento constituiu-se em um elemento diferencial naquelas décadas, cujos resultados estão presentes nos dias de hoje, a saber:

- O diálogo com o Estado propondo e reivindicando políticas públicas de combate ao racismo por intermédio de grande mobilização dos negros/as na Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, com a participação de mais de 30 mil pessoas, configurando-se como a maior manifestação do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres negras, que tiveram um papel destacado no processo organizativo. A luta do movimento negro se construiu em torno da luta contra o racismo e em demonstrar para a sociedade brasileira que no Brasil existe racismo. Nesse



sentido, ocorreram várias pressões para que o Estado brasileiro adotasse ações efetivas de combate ao racismo.

- Em 2001, realizou-se a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, da qual o Brasil é signatário. Esta conferência, acertadamente, condenou o racismo, a discriminação racial e comprometeu os países signatários a adotar medidas efetivas para a erradicação desses flagelos. Após a conferência, ressurgiu com muita força o debate sobre a adoção de ações afirmativas no Brasil, reforçado, ainda, mais pela visibilidade provocada pelos debates, nos meios de comunicações, em que pese a ser abordadas apenas as ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros no ensino superior. Observa-se que a sociedade em geral tomou conhecimento dessa temática, mas involucrou-se nos debates.

O movimento de mulheres negras tem continuado sua participação protagônica em diferentes ações marcantes no combate ao racismo até o momento presente, como por exemplo:

- Marcha Zumbi + 10 realizada em Brasília no dia 16 de novembro de 2005 que teve como objetivo reivindicar políticas públicas de combate ao racismo.
- A Marcha das Mulheres Negras realizada no dia 18 de novembro de 2015 com tema: Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.

Ao longo desse processo, tem-se evidenciado o amadurecimento do movimento de mulheres negras na participação em instituições políticas. Nas últimas eleições, realizou um amplo trabalho de mobilização e de construção de articulações com outros movimentos sociais e partidos políticos para a incorporação de candidatas negras no processo eleitoral, obtendo-se sucesso na eleição de representantes nos poderes legislativos e executivos em nível municipal, estadual e federal.

A influência das mulheres negras é cada vez maior em diferentes espaços da sociedade. É frequente sua presença destacada nas redes sociais onde se manifestam em diferentes áreas do conhecimento: saúde, educação, estética, empreendedorismo, trabalho, entre outras. Por outro lado, observa-se, também, um incipiente acesso à mídia



televisiva, a qual possibilita algumas contribuições para divulgar a situação da população negra no país.

REVISÃO DE LITERATURA

Com o objetivo de investigar estudos produzidos e publicados nesse período (1980 a 1990) sobre a organização do movimento de mulheres negras no Brasil, foi realizada uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando os seguintes descritores: [(mulheres negras) AND (organização)], com período de publicação entre os anos de 1980 e 1990. Não foi localizada nenhuma publicação. Contudo, entende-se que a falta de resultados nesse período provavelmente está relacionada com o processo de produção e publicação de estudos científicos, que passaram a ser massivamente realizados e disponibilizados via *internet*, principalmente, a partir dos anos 1990.

A não localização de estudos publicados sobre a organização do movimento de mulheres negras no período referido acima também pode ser pensado, a partir das problematizações tecidas por Sueli Carneiro (2004) sobre a invisibilidade de questões relativas às mulheres negras na academia. A autora destaca que pouco espaço foi destinado à articulação entre militância e academia, resultando em um silenciamento das efervescentes lutas, reivindicações e organizações protagonizadas por mulheres negras na época. Apenas posteriormente essas questões foram ganhando espaço de diálogo na academia, com mulheres e homens negros, atuando como interlocutores de estudiosos brancos e, mais recentemente, com a conquista e consolidação de uma intelectualidade negra nesse espaço.

A partir de uma busca livre e não sistematizada, foi possível localizar estudos que foram publicados, principalmente a partir dos anos 2000, que relatam e discutem esse período da organização e do protagonismo das mulheres negras. A seguir serão apontados alguns títulos dessas publicações.

O texto de Matilde Ribeiro (2006), intitulado *O feminismo em novas rotas e visões* discute as transformações do movimento feminista brasileiro, a partir de um olhar latino-americano-caribenho. A autora discute as mudanças internas do movimento, com base nas reivindicações de mulheres negras para a inclusão de pautas de combate ao racismo,



por exemplo. Matilde Ribeiro (2006) aborda esse panorama, destacando eventos e marcos importantes dessa transformação, que convergem com o processo de organização do movimento de mulheres no cenário nacional. Já no texto *Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização*, Matilde Ribeiro (2008) foca especificamente no processo de consolidação da organização das mulheres negras brasileiras, percorrendo áreas de produção de conhecimento, políticas públicas, eventos nacionais e conferências internacionais que marcaram a trajetória desse processo organizativo.

No texto *A batalha de Durban*, Sueli Carneiro (2002b) aborda a organização do movimento negro para a III Conferência Contra o Racismo. O estudo destaca o papel das mobilizações para esse Encontro no fortalecimento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pós-Durban. Wânia Sant'Anna e Guacira Oliveira (2002), no texto *Chega de saudade, a realidade é que...*, também abordaram, além da diversidade de pautas defendidas pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a relação entre esta última e as organizações de mulheres negras no contexto brasileiro.

Em período mais recente, Cristiano Rodrigues e Marco Aurélio Prado (2010), no texto *Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro*, discutem a consolidação do Movimento de Mulheres Negras (MMN), a partir de sua trajetória no cenário político do país. Silva e Ferreira (2017) publicaram a obra *E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas*. Neste texto, as autoras analisam, por meio da história de três personagens, as trajetórias e narrativas da presença das mulheres negras nos movimentos feministas e de mulheres no Brasil na primeira metade do século XX.

CONTRIBUIÇÕES DE INTELLECTUAIS NEGRAS

As mulheres negras sempre estiveram à frente nas lutas por libertação e por melhorias de vida do povo negro. Com sua força, atuaram nos quilombos e em diversos espaços sociais, culturais, políticos, sindicais, acadêmicos, entre outros. Mulheres negras, símbolo de resistência, pode-se apresentar entre outras: Acotirene, Adelina, Antonieta de Barros, Aqualtune, Beatriz do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Laudelina de Campos Mello, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Luíza Mahim, Majô, Mariana, Maria Firmina, Rainha Nzinga, Sônia Leite, Teresa do Quariterê, Thereza Santos.



Muitas vezes, as mulheres negras não conseguem ter visibilidade de sua participação nos movimentos sociais e nos espaços acadêmicos e suas vozes são silenciadas e esquecidas. Por este motivo, pensamos em escrever sobre as contribuições das intelectuais negras, o quanto foram invisibilizadas e sofreram injustiça epistêmica na academia, porém falar das mulheres negras que nos antecederam é falar de resistências.

A importância de intelectuais negras que se esforçaram para entender o conceito de raça, gênero e classe a partir da ideia que raça estrutura classe no Brasil. Ressalta-se que esses conceitos são fundamentais para entender a sociedade brasileira e as desigualdades raciais no Brasil. Destaca-se o pensamento das autoras como: Alzira Rufino, Deise Benedito, Dulce M. Pereira, Edna Roland, Elizabeth Viana, Gevanilda Santos, Joselina da Silva, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Wânia Sant'Anna e tantas outras mulheres negras invisíveis que foram silenciadas ao longo da história. Essas autoras abordam a sociedade a partir do ponto de vista das mulheres negras e do povo negro.

Lélia Gonzalez (1988) foi uma das principais intelectuais que pensou a formação da sociedade brasileira, a partir de conceitos como amefricanidade, ou seja, a experiência vivenciada pelos negros nas Américas. Conforme Gonzalez (1988, p. 77),

O termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (GONZALEZ, 1988, p. 77).

Lélia Gonzalez (1988) inaugurou o pensamento de que as opressões não podem ser percebidas de forma dissociada e que a temática racial precisa ser considerada na luta de classes. A autora denunciou o racismo e o sexismo como estruturas de subalternização das mulheres negras, marcadas pelo processo de colonização e de escravização no país e defendia que as mulheres negras deveriam participar de instâncias de poder, romper a dominação e a colonização. Bairros (2000) argumenta:

A contribuição de Lélia e de outros militantes negros para nossa história recente ainda não foi devidamente avaliada e reconhecida. Este artigo é apenas um passo no sentido de provocar outras iniciativas, de maior fôlego, que busquem entender melhor o que os últimos vinte e cinco anos representaram em termos de construção de uma alternativa negra de pensar a sociedade brasileira (BAIRROS, 2000, p. 3).



O(S) MOVIMENTO(S) DE MULHERES NEGRAS RESISTE(M)

Com a abertura do sistema democrático brasileiro, o movimento de mulheres negras seguiu organizado, se fortaleceu e conquistou espaço na cena política (RODRIGUES; PRADO, 2010). Essas mulheres desempenharam um papel importante em diversos momentos históricos como: na luta pelo voto feminino, na luta contra a ditadura militar e na luta pelo direito ao divórcio. Criaram, também, diversas formas de organização. Ao longo de suas histórias sempre estiveram preocupadas com a sobrevivência da população negra. As organizações de mulheres negras lutam pela visibilidade da mulher negra e têm como objetivo combater o racismo, o machismo, a violência doméstica e a intolerância religiosa, propondo políticas públicas e respeitando a diversidade existente no país.

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença no ano de 1988, foi um momento histórico importante, pois representou o fortalecimento de um espaço para reivindicação das pautas específicas das mulheres negras (RODRIGUES; PRADO, 2010). Passadas três décadas, no ano de 2018 foi realizado na cidade de Goiânia, o III Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: *Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil*. Esse encontro teve como objetivos celebrar e avaliar os 30 anos do primeiro encontro nacional.

Desde o início de 2018, o ano de realização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: *Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil*, aconteceram reuniões preparatórias nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Essas reuniões tiveram como objetivos realizar o mapeamento das principais questões sociais, econômicas, políticas e culturais que afetam as mulheres negras brasileiras em cada unidade da federação; bem como definir as representantes para o Encontro Nacional. Esse levantamento fomentou, também, a formulação de propostas que seriam apresentadas no encontro nacional. Entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2018, com mais de 1.000 (mil) mulheres negras reunidas para relembrem e celebrarem os 30 anos do primeiro encontro e para avaliar as conquistas e desafios das últimas três décadas de organização política e de reivindicações de suas pautas. O evento contou com a participação de grandes referências para o movimento de mulheres, entre elas: Ângela Davis, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro.



As pautas abordadas no Encontro Nacional foram: diversidade das mulheres negras, feminismo, partidos políticos, juventudes, relação intergeracional, autocuidado, homens negros, LGBTQIA+, questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, geopolítica, comunicação política, segurança alimentar e nutricional, encarceramento de mulheres negras, letalidade de mulheres negras e população negra.

Durante o evento foi elaborada a Carta de Goiânia do Encontro Nacional de Mulheres Negras - 30 anos contra o racismo e a violência e pelo bem viver. A seguir reproduzimos um trecho dessa carta:

Somos 58 milhões de mulheres negras brasileiras reafirmando ao país que temos uma visão de mundo que exige respeito e direitos, como fizemos na grande Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, no ano de 2015, em Brasília como ponto alto de mobilização protagonizada por cada mulher negra no seu local de vida. Nós, mulheres negras, colocamos a nu a perversidade do racismo, da discriminação racial, do feminicídio, dos ataques às religiões de matriz africana, do extermínio da juventude e o genocídio da população negra e a LGBTfobia. São violações de direitos cotidianas que alicerçam e mantêm as desigualdades étnico-raciais e as estruturas de poder existentes no país pela operacionalização contínua do racismo e do mito da democracia racial. [...] O bem viver pauta um novo projeto de nação, que implica o estabelecimento de um novo paradigma que tem por fundamento combater o racismo, desestruturar privilégios e o poder branco, impedir a branquitude da política sistemática de extermínio, aprisionamento e segregação social e territorial do povo negro, com consequências cruéis para a nossa infância e juventude, quilombolas, ribeirinhas e comunidades tradicionais. [...] Para nós, mulheres negras, o princípio do bem viver implica uma crítica profunda ao sistema de exclusão do capitalismo, que subordina os princípios de justiça social, nega a redistribuição equitativa da riqueza, limita as oportunidades de desenvolvimento e das habilidades humanas, submete todas as relações sociais ao mercado, ao dinheiro e ao lucro. O lucro, combinado com as múltiplas formas de racismo, machismo, LGBTfobia, as origens da exclusão e marginalização social, feminização da pobreza negra, sequestro de nossa identidade negra, gera, entre outras mazelas, o adoecimento físico e mental e a supressão de nossa autoestima. Nós, mulheres negras, lutaremos sem trégua contra essa barbárie e exploração (Carta elaborada durante o Encontro Nacional de Mulheres Negras, 2018).

O clima de celebração, com a realização de várias atividades culturais e de homenagens, dividiu espaço com as reivindicações de diversos segmentos do movimento, como a juventude, e com o planejamento de propostas para os próximos passos. O Encontro Nacional evidenciou que o movimento de mulheres negras brasileiras continua fortemente organizado. Como não poderia ser diferente, foi um momento de olhar para trás, visualizando o caminho percorrido, e ao mesmo tempo olhar para frente,



vislumbrando o quanto ainda há para se percorrer. Entre as barreiras a serem enfrentadas dali para frente, não se imaginava que o mundo seria tomado por uma pandemia sem precedentes que multiplicaria, exponencialmente, os desafios vivenciados pelas mulheres negras.

Neste sentido, é importante pensar que as mulheres negras, nos indicadores sociais, fazem parte do setor da sociedade mais pobre e que têm menos acesso aos benefícios sociais tais como: saúde, educação, moradia e, no mercado de trabalho, têm mais dificuldades em conseguir emprego e dificilmente ocupam cargos de chefia. Vale destacar que o trabalho doméstico remunerado, que é ocupado por um número significativo de mulheres negras, caracteriza-se pela exploração e precarização das condições de trabalho. Em decorrência desses fatores, ocupam os piores postos no mercado de trabalho, com uma remuneração menor que a dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros (ALVES; MURTA; MOREIRA, 2021; CAMPOS; FRANÇA; FERES JÚNIOR, 2018; MARCONDES *et al.*, 2013; PAIXÃO; GOMES, 2012; WAISELFISZ, 2015).

Durante a pandemia do COVID-19, as mulheres negras têm sido amplamente impactadas em todas as dimensões da vida. Esse grupo tem sido afetado com a perda de postos de trabalho; desemprego; condições de trabalho, transporte e moradia que favorecem maior exposição ao contágio pelo vírus. Além disso, a carga de cuidado historicamente atribuída às mulheres tem sido acentuada na falta do mínimo compartilhamento com outras instâncias, como, por exemplo, as escolas.

Mesmo diante desses desafios, o movimento de mulheres negras segue organizado, se reinventando e construindo possibilidades por meio do uso de recursos de *internet*, que permitem a organização de eventos remotos, campanhas contra a fome, lives, entre outros. Assim, o movimento das mulheres negras não parou e segue no exercício de denúncia e da reivindicação de direitos. Entretanto, agora seu desafio é maior. E para finalizar esse texto, recorreremos à célebre expressão de Conceição Evaristo (2015) “Eles *combinaram de nos matar*. E nós *combinamos de não morrer*” encontra ressignificação nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os longos passos da organização das mulheres negras têm imprimido suas marcas na tradição de luta contra o racismo e a discriminação no Brasil. Os debates promovidos no seio do movimento feminista e no movimento negro geral contribuíram para identificar o seu espaço de luta próprio, ampliando as visões sobre a complexa situação da mulher negra, submetida à tripla exploração de raça, gênero e classe, motivo pelo qual sua problemática social deve ser tratada, levando em conta suas especificidades. A luta das mulheres negras, fundamentalmente a partir da década de 1980, contribuiu, também, para aprofundar as análises da questão racial dentro do movimento feminista e da questão de gênero no movimento negro. O protagonismo alcançado pelas militantes negras nos espaços político e social está contribuindo para a mudança de percepção das relações raciais na sociedade brasileira de maneira crescente, ainda que falte muito para mudar. A mudança é um processo longo que deve ser estimulado permanentemente, mas já contribuíram muito com o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e foram decisivas para a conquista dos direitos das mulheres brasileiras.

Falar de mulheres negras é falar de mulheres que lutam contra a opressão de gênero, geração, raça/cor, orientação sexual, religiosa, classe, entre outras. A resistência das mulheres negras foi fundamental para repensar a sua condição de mulher negra em uma sociedade machista e racista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cláudia de Oliveira, MURTA, Sheila Giardini; MOREIRA, Ana Luísa Coelho. Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS. *Revista da ABPN*, v. 13, n. 36, p. 601-628, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1106/1151>

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, n. 23, 2000.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BOLETIM INFORMATIVO DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, 1988.

CAMPOS, Luiz Augusto; FRANÇA, Danilo; FERES-JUNIOR, João. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe. *GEMAA*, v. 2, p. 1-18, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena da Universidade Católica de Pernambuco*, p. 1-6, 2020. Disponível em:



<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf> Acesso em: 9 out. 2021

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/?lang=pt> Acesso em: 9 out. 2021.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – O papel do movimento feminista na luta antirracista. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do Negro no Brasil*. Brasília: Publicação da Fundação Cultural Palmares-Minc, v. 1, 2004, pp.1-142.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002a.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 9 out. 2021.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988, pp. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf

OLIVEIRA, Guacira Cesar de; SANT'ANNA, Wânia. Chega de saudade, a realidade é que... *Revista Estudos Feministas*. v. 10, n.1, p.199-207, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100013>

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, pp. 297-313, 2012.

RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O ENCONTRO NACIONAL MULHERES NEGRAS, 09 e 10 janeiro de 1988, Salvador, BA.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. Dossiê Mulheres Negras. *Revista Estudos Feministas*, vol. 03, n. 2, 1995, pp. 446-457.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, pp. 987-1004, 2008.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 801-811, 2006.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, pp. 445-456, 2010.

SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, pp. 275-288, 2009.

SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes (Orgs.). *O movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SILVA, Tauana Olivia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/gdWvZzsGdqvg7dp8FL8RwD/abstract/?lang=pt>>

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015*. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

Recebido em: 25/10/2021

Aprovado em: 01/08/2022